JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 9

BICICLETÁRIO NO FÓRUM

SERVIDORES E COLABORADORES DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, EM FORTALEZA, GANHAM ESPAÇO PARA PROMOÇÃO DO USO DE BICICLETAS COMO MEIO DE TRANSPORTE. ALÉM DO BICICLETÁRIO, O SUBSOLO 1 OFERECE VESTUÁRIO

PÁGINAS 10 E 11

15 mil CERTIDÕES EMITIDAS

CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DESTE ANO LOTARAM O PALÁCIO DA JUSTIÇA DURANTE QUASE UM MÊS. ALTA DEMANDA FEZ O JUDICIÁRIO ELABORAR MUTIRÃO DE TRABALHO ATÉ PARA FINS DE SEMANA E FERIADOS

PÁGINAS 12 E 13

PARA GARANTIR A CIDADANIA

MUTIRÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA VAI EMITIR CERTIDÕES DE NASCIMENTO. O REGISTRO É O PRIMEIRO ATO CIVIL DE QUALQUER PESSOA. NÃO SE PODE EXERCER DIREITOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, CIVIS E SOCIAIS SEM ELE

PÁGINA 16

UMA NOVA FORÇA

TJCE CRIA NOVA CÂMARA CRIMINAL PARA DAR CELERIDADE À TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS NA ÁREA. COLEGIADO JÁ ESTÁ EM FUNCIONAMENTO E É O PRIMEIRO GRANDE ATO DA GESTÃO DA PRESIDENTE IRACEMA VALE PARA CUMPRIR AS NOVAS DETERMINAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO JUDICIÁRIO

PÁGINAS 4 A 8

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO
PRESIDENTE:
Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

VICE-PRESIDENTE:
Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO CEARÁ
Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva

DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
Juiz José Maria dos Santos Sales

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO CEARÁ
Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto

JORNAL DO JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL
Silvia Goes

SUBEDITOR
Bruno de Castro

REDAÇÃO
Alzira Barreira, Ana Carolina de Palhano, André Anderson, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Edson Gomes, Emanuelly Néri, Karine Wanessa, Luciberto Forte, Mariana Galvão, Naara Vale, Pamela Lemos, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa

COLUNISTA
Luciberto Forte e Edson Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Calvin Penna e Rannjon Mikael

FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS
Calvin Penna, Rannjon Mikael e Freepick

www.tjce.jus.br
imprensa@tjce.jus.br
facebook.com/tjceoficial
twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Há anos o Tribunal de Justiça precisava de um novo grupo de magistrados destinado a julgar exclusivamente processos na área criminal do Segundo Grau. E foi por entender a urgência dessa necessidade que a presidente Iracema Vale abraçou o movimento de desembargadores, juízes, advogados e população para criar esse colegiado, agora real na estrutura do Judiciário cearense. O TJCE não tinha como continuar com apenas duas Câmaras Criminais. O Ceará de hoje não é o Ceará de quando esses colegiados iniciaram os trabalhos. Há mais gente nas ruas. Mais violência também. Mais habitantes num estado significa aumento de criminalidade e violência? Não. Mas foi essa a realidade do Ceará durante anos. Algo que só agora começa a ser revertido, mas cuja demanda ainda é grande e precisa de comprometimento dos Três Poderes e da sociedade civil. Por isso defendemos a instalação da 3ª Câmara Criminal e conseguimos transformar um sonho antigo em realidade. Os processos agora vão tramitar com muito mais agilidade. Mas não só disso falará o "Jornal do Judiciário". Nessa edição, você saberá da mobilização do Judiciário para promover adoções da forma correta e respeitando o Cadastro Nacional. Conhecerá a força-tarefa feita no Palácio da Justiça para atender aos milhares de candidatos às eleições de outubro próximo. Ficará por dentro do desempenho da Audiência de Custódia, um programa do Conselho Nacional de Justiça que completou um ano em vigência no Ceará. E que tal ir para o trabalho de bicicleta? Nós também falamos disso ao expormos as ações desenvolvidas no Fórum Clóvis Beviláqua para incentivar servidores e colaboradores quanto ao uso de meios de transporte não poluentes. Tem também a preparação de juízes para a Semana Nacional da Conciliação, o novo mutirão da Corregedoria de Justiça para emitir certidões de nascimento e a criação de um sistema que medirá a produtividade dos magistrados. Ele começa a operar no primeiro semestre de 2017. Acompanhe as principais notícias do Judiciário cearense aqui e nas redes sociais. Curta. Comente. Compartilhe. Participe.

Boa leitura.

Silvia Goes
Assessora de Comunicação do TJCE

TOMAM POSSE OS NOVOS JUÍZES DAS TURMAS RECURSAIS, DAS VARAS DO JÚRI E DA 3ª VARA DA INFÂNCIA. O "JORNAL DO JUDICIÁRIO" REVELA QUEM ASSUME CADA POSTO

As Turmas Recursais do Fórum Professor Dollor Barreira, as Varas do Júri e a 3ª Vara da Infância e Juventude, todas em Fortaleza, contam com novos juízes. Seis magistrados assinaram seus termos de posse em solenidade no Fórum Clóvis Beviláqua no último dia 19 de agosto.

Os juízes Irandes Bastos Sales e Geritza Sampaio Fernandes atuarão na 1ª Turma Cível e Criminal, enquanto os juízes Evaldo Lopes Vieira e Flávio Luiz Peixoto Marques irão para a 2ª Turma Recursal. Já o magistrado Eli Gonçalves Júnior será juiz auxiliar privativo da 1ª Vara do Júri de Fortaleza. E a juíza Mabel Viana Maciel atuará como juíza auxiliar privativa da 3ª Vara da Infância e Juventude.

O diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Maria Sales, antecipa que o ingresso dos juízes nas Turmas Recursais vai acelerar a tramitação dos processos. "Agora eles estão assumindo os cargos em definitivo. Dessa forma, fica mais fácil responder mais rapidamente às demandas dos jurisdicionados."

Além disso, o Órgão Especial do TJCE aprovou os nomes dos juízes indicados para a 1ª Turma Cível e Criminal, para a 2ª Turma Cível e Criminal, para o Juizado Especial Fazendário e para a 5ª Vara do Júri.

O juiz Antônio Alves de Araújo irá para a 1ª Turma; o juiz Roberto Viana Diniz para a 2ª Turma; os juízes André Aguiar Magalhães, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo e Eveline de Evelma Veras para o Juizado Especial Fazendário; e Raimundo Lucena Neto será juiz privativo da 5ª Vara do Júri.

As vagas para o preenchimento das Turmas Recursais foram criadas pela Lei Estadual nº 16.051, de 28 de junho de 2016. A partir da vigência da norma, nove magistrados de Fortaleza passam a atuar exclusivamente no órgão julgador. As Turmas agora serão em número de três, sendo duas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e uma do Juizado Especial da Fazenda Pública. Cada uma terá três juízes titulares.

SERVIÇO

FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS DOLLOR BARREIRA
ONDE: Avenida Santos Dumont, nº 1.400, Aldeota.
TELEFONE: (85) 3208.1606
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8h às 18h

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista
lucibertofo@tjce.jus.br

AUDIOLIVRO

"Informativos 2015: Teses e Fundamentos", editado pelo STF, já está disponível no site da Corte, em MP3, além de formatos para leitura por computador e celulares. A obra reúne boletins sobre jurisprudência das turmas e do Plenário. A Secretaria de Documentação do STF é responsável pelo projeto, em parceria com a equipe do Programa "STF Sem Barreiras", que desenvolve ações de inclusão de pessoas com deficiência. O Informativo mensal, criado em 1995, contém resumos das decisões e fundamentos proferidos oralmente pelos ministros.

VOTO PROVISÓRIO

A 3ª Câmara Cível do TJCE realizou a primeira sessão com o uso da ferramenta voto provisório em 30 de setembro de 2013. O objetivo era agilizar os julgamentos dos processos. Já implantada na recém-criada 3ª Câmara Criminal, a sistemática deve ser implementada em todos os colegiados do Judiciário cearense. É a tecnologia a serviço do cidadão. O voto provisório é disponibilizado aos desembargadores antes das sessões de julgamento.

CONCILIAÇÃO NO TJ

"O caminho mais curto para resolver seus problemas". É esse o tema da Semana Nacional da Conciliação, em sua 11ª edição, programada para 21 a 25 de novembro. A mobilização visa buscar soluções alternativas a conflitos apresentados à Justiça. Equipes de conciliação já estão mobilizadas para a marcação de audiências. A 10ª edição teve aproveitamento de 41%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Ouvidoria Geral do TJCE concluirá, em dezembro, o ciclo de audiências públicas nas nove Zonas Judiciárias do Estado. Desde 10 de julho de 2015, encontros já aconteceram em Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Fortaleza, Crateús e Limoeiro do Norte. Os dois últimos, em Iguatu e Itapipoca, acontecerão em novembro e dezembro. A meta é "assegurar a observância dos direitos e garantias constitucionais do cidadão e de acesso à Justiça."

A CONCRETIZAÇÃO
de um sonho antigo

TJCE cria nova Câmara Criminal para dar celeridade à tramitação de processos na área. É o primeiro grande ato da presidente Iracema Vale para a implementação das normas do novo Regimento Interno do Judiciário

Em 142 anos de existência do Poder Judiciário no Ceará, essa é a primeira vez que o TJCE tem três Câmaras para julgar exclusivamente processos da área criminal no Segundo Grau. Instituído pela presidente Iracema Vale em 6 de agosto último, o colegiado nasceu cinco dias depois de o novo Regimento Interno da Corte ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e, consequentemente, entrar em vigor.

A criação da 3ª Câmara Criminal é apenas uma das diversas melhorias que o documento prevê para o Judiciário a curto, médio e longo prazo. "Nos dias atuais, infelizmente, o desrespeito às leis e a constante prática de crimes alcançam patamares espantosos, gerando uma sensação de insegurança permanente e colocando a sociedade em situação de extrema vulnerabilidade", disse Iracema Vale durante a solenidade de instalação do colegiado, no Palácio da Justiça.

Para a 3ª Câmara Criminal existir, o novo Regimento Interno determinou a extinção da 8ª Câmara Cível do TJCE. As outras sete Câmaras Cíveis permanecem com as mesmas composições. Trata-se de um movimento para atender a um pleito antigo de magistrados, advogados e população, e que há anos é pauta de discussões internas.

A medida vai dar mais celeridade à tramitação das matérias até então concentradas em apenas em duas Câmaras Criminais. Com isso, habeas corpus, recursos criminais, entre outros processos, vão avançar mais rapidamente.

Presidente do novo colegiado, o desembargador Darival Beserra classifica a equipe como "competente, comprometida e experiente". Além dele, formam a 3ª Câmara Criminal do TJCE os desembargadores José Tarcílio e Raimundo Nonato, e o juiz convocado Antônio Pádua Silva.

De imediato, o grupo receberá 30% dos acervos das outras duas Câmaras Criminais. O material será distribuído de forma equitativa para os quatro magistrados. "Faz muitos anos que as outras duas Câmaras foram criadas. Com o aumento da população e da criminalidade, elas se tornaram pequenas pros processos que entram diariamente no Tribunal. Nossa Câmara vai evitar prescrições, dar maior agilidade aos habeas corpus e atender aos anseios da população, dos advogados e dos acusados", avalia Darival Beserra.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), Marcelo Mota, elogiou a decisão do Judiciário de abrir mais espaço para o julgamento de causas criminais. Para ele, a 3ª Câmara surge em boa hora. "É um momento histórico para o Sistema de Justiça cearense. E a advogacia se regozija em participar dele", enaltece.

O Novo Regimento

Uma das principais novidades trazidas pelo novo Regimento Interno do TJCE é a transformação da 8ª Câmara Cível na 3ª Câmara Criminal. Contudo, outras alterações merecem destaque. Uma delas é a especialização das Câmaras Cíveis, que passarão a contar com quatro colegiados de direito privado e três de direito público.

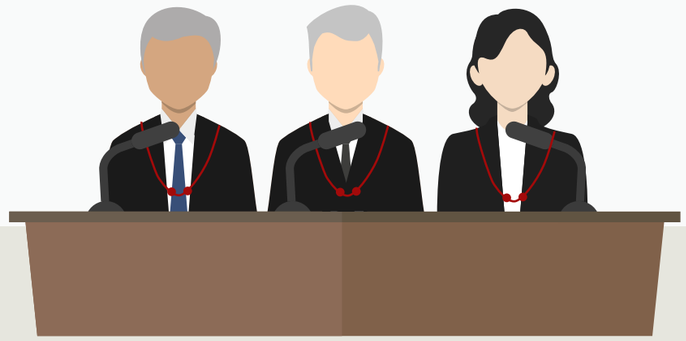
Essa mudança faz com que as Câmaras Cíveis Reunidas sejam extintas e crie-se, em substituição, a Seção de Direito Público e a Seção de Direito Privado. Além disso, o Regimento Interno também traz adaptações a procedimentos previstos no novo Código de Processo Civil (CPC) – em vigor desde março.

O 'adeus' à 8ª Cível

Para a 3ª Câmara Criminal existir, foi preciso o TJCE extinguir a 8ª Câmara Cível. O colegiado encerrou os trabalhos um dia após o novo Regimento Interno entrar em vigor e quatro dias antes de o novo grupo ser criado pela desembargadora Iracema Vale.

Desde o início dos seus trabalhos, em 2011, até 28 de julho de 2016, a 8ª Cível realizou 244 sessões ordinárias e julgou de 9.194 processos. O colegiado foi criado na gestão do desembargador Ernani Barreira Porto. A primeira sessão aconteceu em 9 de junho, sob a presidência do desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, hoje corregedor-geral de Justiça.

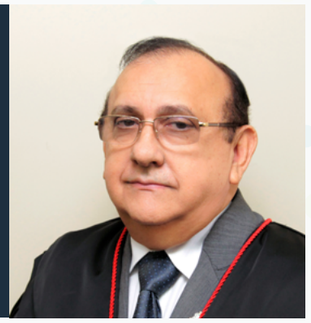
Da 8ª Cível, o TJCE herda a composição – já que os mesmos membros passaram a formar a 3ª Criminal.



FACEBOOK
Confira vídeos da solenidade de instalação da 3ª Câmara Criminal na página oficial do TJCE. Busque por "tjceoficial."

MULTIMÍDIA
Acesse o novo Regimento Interno do TJCE
http://bit.ly/2boB5ki

A COMPOSIÇÃO



Desembargador Darival Beserra (Presidente)

É natural do município cearense de Farias Brito e bacharel em Direito pela UFC. Ingressou no TJCE em 2011, após anos atuando em cidades do Interior. Já recebeu diversos títulos, condecorações e medalhas por ter boa atuação jurídica.

Desembargador José Tarcílio

É natural de Fortaleza e bacharel em Direito. Tem especialização em Processo Penal. Ingressou na Magistratura em 1992 e atuou em diversas cidades do Interior antes de tornar-se desembargador. Já recebeu diversos títulos, condecorações e medalhas por ter boa atuação jurídica.

Desembargador Raimundo Nonato

Natural de Juazeiro do Norte, no Cariri cearense, é bacharel em História e em Direito pela UFC. É ainda especialista em Processo Civil e mestre em Direitos Públicos e Coletivos. Ingressou no TJCE em 2013, após anos de atuação no Interior. Já recebeu diversos títulos, condecorações e medalhas por ter boa atuação jurídica.

Juiz Antônio Pádua

É juiz titular 5ª Vara de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza e atua no Segundo Grau da Justiça Estadual por convocação. Atuava na extinta 8ª Câmara Cível desde julho de 2015.

SAIBA MAIS

O novo Regimento Interno do TJCE foi aprovado por unanimidade em 30 de junho deste ano, durante sessão do Pleno comandada pela desembargadora Iracema Vale. O documento entrou em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça (em 1º de agosto, portanto). No intervalo entre a aprovação e a publicação, o texto foi revisado por técnicos do Tribunal.

O Regimento que vigorou até 31 de julho havia sido aprovado na gestão da desembargadora Águeda Passos, em 1999. A magistrada foi a primeira mulher a presidir o Judiciário cearense.

A solenidade de instalação da 3ª Câmara Criminal foi prestigiada por dezenas de magistrados e por representantes do Ministério Público do Estado, Defensoria Pública Geral do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará.

Também em cumprimento ao novo Regimento, Iracema Vale determinou que as Câmaras Criminais Reunidas passem a ser denominadas Seção Criminal, cujos membros serão os desembargadores integrantes da Primeira, Segunda e Terceira Câmara Criminais Isoladas.

O novo Regimento Interno é fruto do trabalho da Comissão de Estudo e Atualização do Regimento Interno do Poder Judiciário cearense. Esse grupo foi criado em junho de 2015 e é composto pelos desembargadores Fernando Luiz Ximenes Rocha, Francisco Gladyson Pontes e Mário Parente Teófilo Neto, além dos servidores Chrystianne dos Santos Sobral, Cristhian Sales do Nascimento Rios, Francisco Rolim de Morais Junior e Adauto Luiz Cavalcante Uchôa.

OPINIÃO

Após anos de discussões internas, o Segundo Grau da Justiça Estadual cearense passa, enfim, a ter uma terceira câmara para julgamentos de processos na área criminal. Nossa gestão criou esse que é um colegiado promissor já desde a sua primeira sessão, que ocorreu no dia 16, às 8h30min.

Promissor porque vai desafogar a grande demanda hoje existente nas duas outras Câmaras Criminais, colegiados esses criados quando o Ceará apresentava uma outra conjuntura socio-populacional.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nós agora somos mais de 8,6 milhões de cearenses. Quase 2,6 milhões concentram-se só em Fortaleza. Com o expressivo aumento no número de moradores nas últimas décadas, cresceu também a quantidade de crimes cometidos nas grandes cidades e em localidades interioranas.

Isso fez com que a demanda das duas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça aumentasse exponencialmente, assim como a de diversas unidades do Primeiro Grau. Ou seja: ter apenas dois colegiados especializados não era suficiente. Com a Terceira Câmara, nós vamos agilizar os processos – sobretudo aqueles de réus já presos -, evitar prescrições e dar maior pressa aos habeas corpus.

Mas a nossa decisão de criar uma nova Câmara é, antes de tudo, uma forma de atender aos anseios da sociedade (e por que não da própria Justiça?) por um Judiciário mais célere. Algo que deveria ter sido feito em 2011, quando se diagnosticou que, de todos os tribunais brasileiros, o TJCE era o que tinha a maior desproporção entre a quantidade de Câmaras Cíveis e Câmaras Criminais.

Reduzir essa desproporção foi possível apenas agora, após conseguirmos outro feito: aprovar – com o apoio de todos os demais 42 desembargadores – um novo Regimento Interno para o Judiciário cearense. É esse documento que transforma a 8ª Câmara Cível do TJCE em 3ª Câmara Criminal.

De imediato, a nova Câmara do Tribunal receberá 30% do acervo processual das duas outras Criminais. Material esse que será distribuído de forma equitativa para os quatro magistrados que a compõem. A esse colegiado, o nosso desejo é de muito trabalho e compromisso. O povo cearense e a Justiça Estadual contam com Vossas Excelências.

Quando do início de minha gestão, assumi como meta prioritária o desenvolvimento de uma administração voltada ao diálogo, à transparência e ao compartilhamento de atividades. Acredito que este novo órgão julgador é resultado de todos os esforços envidados neste sentido.

O povo cearense só estará verdadeiramente tranquilo e seguro a partir do momento em que as palavras convertam-se em ações e os planos materializem-se em resultados. O Poder Judiciário está pronto para exercer o papel que a Constituição Federal lhe reserva. E não se furtará ao desempenho de tal mister.

Desembargadora Iracema Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

6 MIL
pedidos de apertos de mão

Judiciário cearense não para de se mobilizar em prol da Semana Nacional de Conciliação, período do ano no qual muita gente vai ter a chance de resolver disputas judiciais antigas através de um acordo (e de bom senso)

A Semana Nacional de Conciliação acontece somente em novembro, é verdade. Mas a mobilização no Judiciário cearense para o máximo de acordos acontecer por aqui e a gente ser exemplo para o resto do Brasil já existe desde o primeiro semestre. No Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, as articulações não param.

A mais recente delas definiu estratégias de confecção e envio de até seis mil cartas de notificação para comparecimento das partes de processos à força-tarefa, que é promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. Com isso, espera-se que cerca de três mil audiências aconteçam nas Varas de Família da Capital.

"Diante da previsão dessa quantidade de cartas, seria impossível as Secretarias Judiciárias [de Família] darem fiel cumprimento sem prejudicar as demais atividades a elas relacionadas, razão pela qual é importante o cumprimento de um cronograma para organizar os trabalhos voltados exclusivamente para esse fim", ressalta a juíza coordenadora das Varas de Família da Comarca de Fortaleza, Valeska Alves Alencar Rolim.

Segundo a magistrada, "serão necessárias algumas providências, também no que diz respeito às cartas, para garantir a execução dos trabalhos relativos aos atos conciliatórios". Entre elas, o saneamento de processos, a impressão e o fechamento das cartas, e o envio pelos Correios.

Estarão envolvidos nesses trabalhos o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza, o Setor de Comunicação Administrativa do Fórum e o Parque Gráfico do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

SERVIÇO
Semana Nacional de Conciliação
Quando: 21 a 25 de novembro
Mais informações: www.cnj.jus.br

Por mais qualidade de vida

ESTACIONAMENTO É TRANSFORMADO EM BICICLETÁRIO PARA PROMOVER O USO DE UM TRANSPORTE INDIVIDUAL NÃO POLUENTE CADA VEZ MAIS EM ALTA EM FORTALEZA. MEDIDA CASA COM PRÁTICAS INTERNAS DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA PARA CONSCIENTIZAR SERVIDORES SOBRE HÁBITOS SAUDÁVEIS

É cada vez mais comum ver gente andando de bicicleta em Fortaleza. A capital cearense registra um dos maiores crescimentos de quilometragem de ciclovias e ciclofaixas do Brasil nos últimos anos. Atento a isso, o Judiciário cearense resolveu abraçar a ideia.

Desde 22 de agosto, o Fórum Clóvis Beviláqua disponibiliza a servidores e colaboradores da Justiça Estadual o estacionamento do Subsolo 1 para quem usa bicicleta como meio de transporte. De uso exclusivo do prédio, o bicicletário fica nas proximidades da Seção de Capacitação.

Também são oferecidos vestiários em caso de necessidade de troca de roupas ou para que os usuários possam tomar banho. Trata-se de uma forma de estimular o uso da bicicleta por quem já é adepto à causa do transporte individual não poluente – e que ainda promove qualidade de vida.

Quem tiver interesse em utilizar o espaço deve apresentar o crachá funcional na entrada do estacionamento. Diretor do Fórum, o juiz José Maria dos Santos Sales explica que autorizou a liberação do espaço após considerar decisão da Presidência do TJCE. Acolhendo solicitação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal, a desembargadora Iracema Vale permitiu a instalação de bicicletários no Palácio da Justiça, sede da Corte no Cambeba, e no Fórum Clóvis Beviláqua.

PRÁTICAS SAUDÁVEIS

Além de criar um bicicletário, o maior fórum do Ceará estimula outras práticas saudáveis. Na Secretaria Judiciária de Primeiro Grau de Jurisdição II, por exemplo, os servidores recebem orientações quanto à importância de uma alimentação saudável.

"Como os servidores passam muitas horas seguidas trabalhando, o objetivo é melhorar a qualidade de vida, despertando hábitos saudáveis, e, com isso, diminuir as ausências", explica a supervisora da unidade, Lia Dias.

Os servidores praticam ginástica laboral individualmente nas próprias mesas de trabalho e têm, mensalmente, checados o peso e a pressão arterial. A cada duas horas, a equipe é lembrada por um dos colegas do momento de tomar água. E cada um se comprometeu em iniciar atividades físicas fora do expediente e compartilhar a experiência com os outros.

Essas rotinas melhoram não apenas a qualidade de vida dos participantes. Auxiliam também na descoberta de problemas de saúde. Ao aferir a pressão no local de trabalho, um dos servidores percebeu alterações, fez uma série de exames, foi diagnosticado com hipertensão e já está em tratamento.

A analista judiciário Ana Bezerra tem 61 anos e é inspiração para os colegas. Ela come alimentos integrais, pratica pilates e caminhada, além de ter dispensado doces, frituras e refrigerantes. "O mais importante é ajudar as pessoas a se conscientizarem de que, com alimentação saudável e atividade física, podemos evitar doenças", ressalta.

Ufa!

TJCE MOBILIZOU SERVIDORES PARA EMITIR DOCUMENTO ESSENCIAL À CANDIDATURA DE QUEM PARTICIPA DAS ELEIÇÕES DESTE ANO. TEVE MUTIRÃO EM FIM DE SEMANA E FERIADO E ATÉ A DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA FACILITAR A VIDA DOS REQUERENTES

Foi intenso o ritmo de trabalho no Palácio da Justiça para atender à demanda de expedição de certidão com fins eleitorais ao pleito deste ano. Durante um mês, a sede do TJCE emitiu cerca de 15 mil documentos. A alta procura exigiu do Tribunal a elaboração de um esquema especial de trabalho, inclusive para fins de semana e feriados.

Somente nos 15 primeiros dias de prestação do serviço, determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio da Resolução nº 23.455/2015, o TJCE já havia expedido mais de dez mil certidões negativas de Segundo Grau. Para alcançar essa marca, contou com cerca de 60 servidores atuando diretamente na emissão do documento e no atendimento aos candidatos.

O Setor de Certidões promoveu pelo menos dois mutirões internos aos sábados como forma de agilizar os trabalhos. E funcionou até no feriado municipal de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em 15 de agosto, último dia para o registro de candidaturas e um dia antes do início das atividades do calendário eleitoral.

Toda essa mobilização facilitou a atuação do Serviço de Certidões Cíveis e Criminais do Segundo Grau, instituído em julho pelo TJCE justamente para acelerar a confecção dos documentos.

Além disso, o Tribunal de Justiça disponibilizou uma ferramenta que permitiu ao candidato a solicitação on-line dos documentos pelo portal do próprio TJCE na Internet. Isso evitou o deslocamento de muita gente até o Palácio da Justiça porque a certidão pôde ser solicitada a partir de qualquer local.

Segundo a chefe do Setor de Certidões do Tribunal, Ana Cláudia Cordeiro, "o número de pedidos cresceu diariamente e chegou a bater a marca de 600 solicitações num único expediente". Um recorde para a realidade do Palácio da Justiça.

A certidão negativa de Segundo Grau tornou-se obrigatória para quem desejava disputar as próximas eleições por comprovar a inexistência de restrição judicial.

VOCÊ SABIA?

- A obrigatoriedade da apresentação de certidões cíveis e criminais do Segundo Grau para candidatos a vereador passou a valer na eleição deste ano. No pleito municipal de 2012, somente quem concorreu a cargos no Executivo (prefeito e vice-prefeito, portanto) teve de solicitar a expedição do documento.
- As certidões de Segundo Grau são retiradas somente na sede do TJCE, no Centro Administrativo do Cambeba, em Fortaleza. Já as certidões negativas de Primeiro Grau são confeccionadas na própria comarca em que está situado o domicílio eleitoral dos candidatos.
- Segundo a Justiça Eleitoral, o Ceará tem 14.825 candidatos às eleições deste ano.
- As eleições de 2016 serão as mais curtas das últimas décadas. Durarão apenas 45 dias. No rádio e na televisão, ela durará apenas 35 dias.

Números

14.825 candidatos
disputam as eleições deste ano no Ceará

515 candidatos
disputam cargos de prefeito

515 candidatos
disputam cargos de vice-prefeito

13.716 candidatos
disputam cargos de vereador

184
é o número de municípios do Ceará

Serviço

Demandas referentes à eleição devem ser encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE)

Onde: *rua Jaime Benévolo, nº 21, no Centro, em Fortaleza*
Site: *www.tre-ce.jus.br*
Telefone: *3453.5000*
Denúncias em Fortaleza: *143*

Multimídia

A página oficial do TJCE no Facebook tem um especial sobre o que pode e o que não pode ser feito pelos candidatos nas eleições deste ano. Visite. Curta. Comente. Compartilhe. O endereço é @tjceoficial.

Síntese

Edson Gomes
Jornalista
edsongomes@tjce.jus.br

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Com o objetivo de aperfeiçoar o acesso de pessoas com deficiência às unidades da Justiça Estadual, a Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. O grupo emitirá parecer em questões relacionadas aos direitos dos deficientes e treinará servidores para o adequado atendimento aos que têm necessidades especiais. A Comissão é formada por juízes e servidores da Capital e do Interior.

INTERESSADO EM INGLÊS?

Ótima oportunidade para servidores (e seus dependentes) e terceirizados que desejam aprender inglês. É que a presidente do Tribunal, desembargadora Iracema Vale, firmou parceria com instituição especializada em inglês visando conceder descontos na matrícula (30%), mensalidades (45%) e material didático (18%). A parceria é válida até 3 de fevereiro de 2017. Os interessados devem se inscrever pelo link: **http://intranet/noticias-educacaocorporativa/fale-a-lingua-do-seu-mundo-wise-up-ingles-inteligente/**

CRIMES CONTRA A MULHER

Magistrados e servidores realizaram 1.196 audiências e proferiram 618 sentenças de processos referentes à violência ou grave ameaça contra a mulher. Os números foram obtidos no período de 17 meses e fazem parte da Semana da Justiça pela Paz em Casa. Somente na quinta edição da mobilização, de 16 a 19 de agosto, foram registradas 362 audiências e prolatadas 83 sentenças.

PARA RECUPERAR JOVENS

A Escola Superior da Magistratura do Ceará recebe, até 16 de setembro, inscrições para curso de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz. A capacitação, que tem enfoque na recuperação de adolescentes em conflito com a lei, ocorrerá de 19 de setembro a 28 de novembro. É destinada a operadores do Direito e integrantes de equipes multiprofissionais a serviço da Justiça Estadual. A inscrição deve ser feita pelo e-mail: esmec@tjce.jus.br.

"Ser profundamente amado por alguém nos dá força; amar alguém profundamente nos dá coragem." - Lao-Tsé

Informação para promover o amor

Judiciário lança campanha educativa para orientar operadores do Direito e pretendentes à adoção sobre a importância de respeitar o Cadastro Nacional. Fortaleza e comarcas interioranas receberão cartazes e folders

Seja numa grande metrópole como Fortaleza ou numa cidadezinha pequena de Interior, quando se fala em adoção é preciso atenção e cuidado. O processo deve ter todas as suas etapas cumpridas à risca para resguardar tanto os pretendentes quanto a criança/adolescente em questão. E também o Sistema de Justiça, responsável pela concessão das guardas.

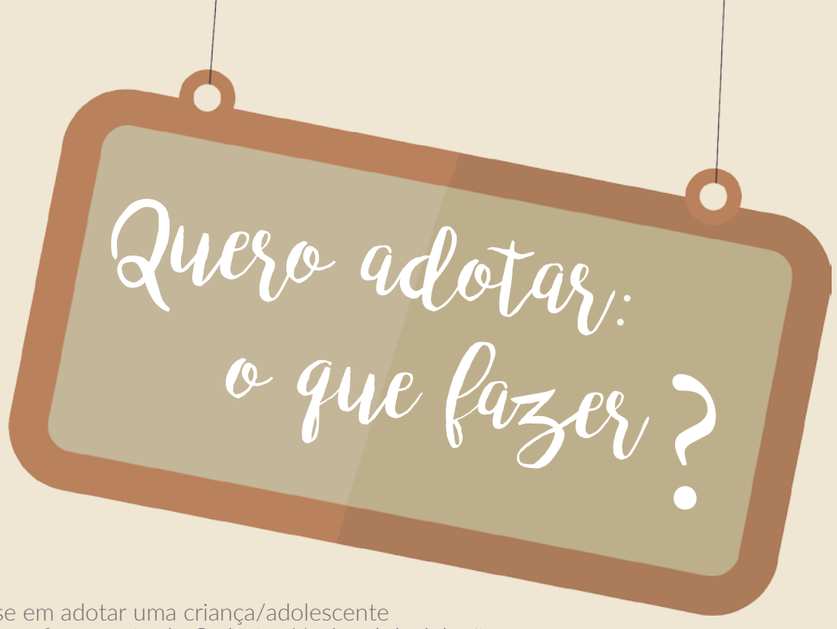
Por isso, o Judiciário cearense começou a distribuir materiais educativos sobre adoção na Capital e em comarcas interioranas. Trata-se de uma parceria da Comissão Estadual de Adoção Internacional, a Cejai, com o Juizado da Infância e Juventude de Fortaleza e o Ministério Público Estadual (MP-CE).

A ideia é orientar operadores do Direito e pretendentes à adoção quanto ao respeito que se deve ter ao Cadastro Nacional de Adoção, o CNA. Só ele e a condução séria dos processos – sem casos de burla à fila do CNA - podem garantir que adoções sejam efetivadas de forma segura e responsável, sem expor crianças e adolescentes a riscos.

Cartazes e folders foram confeccionados e informam sobre os procedimentos adequados e obrigatórios para a efetiva implementação e alimentação do Cadastro, bem como sobre documentação e requisitos necessários ao implemento das adoções legalmente previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com essa parceria, o Judiciário cearense visa esclarecer o Provimento nº 1/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, que trata da obrigatoriedade de cadastramento e atualização de dados de pretendentes e de crianças disponíveis à adoção no CNA. Também leva em consideração a Resolução nº 54/2008, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Cadastro Nacional de Adoção consolida os dados de todas as comarcas das unidades da Federação referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Os tribunais podem manter os atuais sistemas de controle de adoções em utilização ou substituí-los por outro que entendam mais adequados, desde que seja assegurada a migração dos dados contidos em fichas e formulários que integram os anexos na Resolução.



1 Quem tem interesse em adotar uma criança/adolescente necessariamente deve fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção. Para isso, o pretendente deve procurar o Fórum da cidade onde mora portando alguns documentos.

- Cópia autenticada da Certidão de Nascimento ou Casamento
- Cópia autenticada do RG (identidade)
- Cópia autenticada do CPF
- Comprovante de residência
- Comprovante e/ou declaração de renda mensal dos requerentes
- Certidão Negativa de Distribuição Cível
- Atestado de Sanidade Física e Mental
- Dois Atestados de Idoneidade Moral (cada um deles preenchido e assinado por pessoas diferentes, sem grau de parentesco com a parte e com firma reconhecida)

2 Depois de preencher ficha com dados pessoais e o perfil da criança/adolescente que pretende adotar, o pretendente é comunicado a participar de curso psicossocial e jurídico. Depois disso, ele é entrevistado por uma equipe técnica da Unidade da Infância e da Juventude. Fala sobre as motivações da adoção.

3 Por fim, o processo é analisado por um juiz e um promotor. Eles avaliam se o candidato está apto a adotar. Se estiver, passa a integrar o Cadastro Nacional de Adoção e aguarda ser acionado quando uma criança/adolescente com perfil compatível ou similar ao informado na ficha for localizado para dar início ao trâmite legal de adoção, que engloba várias etapas.

REGISTRO

PARA QUEM **NÃO** TEM

A partir de setembro, a Corregedoria de Justiça leva a escolas públicas de Fortaleza mutirões para expedição de certidões de nascimento. Sem o documento não se pode exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais

Depois do sucesso do programa "Pai Presente" na promoção de reconhecimentos de paternidade, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará (CGJ) lança uma nova frente de atuação para assegurar direitos a quem precisa. A partir de setembro, uma comitiva do órgão vai visitar seis escolas públicas municipais de Fortaleza para emitir certidões de nascimento.

A força-tarefa visa regularizar a situação de crianças de até 12 anos que ainda não possuem o registro civil. A expectativa é de que até 2 mil documentos sejam emitidos nesta primeira mobilização na Capital.

O coordenador do projeto e juiz auxiliar da Corregedoria, Demetrio Saker Neto, explica que a ideia de promover as ações surgiu devido aos dados do último Censo de 2010. O levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa existir no Ceará cerca de 9 mil crianças sem registro. "Precisamos diminuir esse número e proporcionar a essas crianças o acesso às certidões de nascimento", frisa o magistrado.

Já o corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, classifica essa nova mobilização do Judiciário como "uma ação de extrema importância, uma vez que o registro de nascimento é o primeiro ato civil de qualquer pessoa, conferindo identidade ao cidadão e permitindo seu relacionamento formal com o Estado."

A emissão de certidões de nascimento faz parte do Programa de Erradicação do Sub-Registro Civil, idealizado pela Corregedoria Nacional de Justiça. As ações contarão com a parceria dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Capital, que estarão presentes nas escolas, e da SME.

CALENDÁRIO

3 DE SETEMBRO
Escola Municipal Thomaz Pompeu Sobrinho
Endereço: Rua José Meneleu, nº 531, no Itaperi

10 DE SETEMBRO
Escola Municipal Dois de Dezembro
Endereço: Rua Araquem, nº 860, na Barra do Ceará

17 DE SETEMBRO
Escola Santos Dumont
Endereço: Rua Geraldo Barbosa, nº 240, no Bom Jardim

24 DE SETEMBRO
Centro de Educação Infantil Edith Braga
Endereço: Rua Capitão Vasconcelos, nº 1061, na Aerolândia

8 DE OUTUBRO
Escola Municipal Antônio Sales
Endereço: Rua Tavares Iracema, Nº 675, no Rodolfo Teófilo

22 DE OUTUBRO
Escola Municipal Professor Francisco de Melo Jaborandi
Endereço: Avenida Contorno Norte, nº 198, no Conjunto São Cristóvão

SERVIÇO
Dúvidas sobre os mutirões e emissão de Registro Civil
Telefone: 3207.7180

6,5 mil casos analisados

O primeiro ano de vigência da Audiência de Custódia no Ceará foi de muito trabalho. De iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, o programa reduziu o tempo de espera dos presos para serem apresentados a um juiz

Quando foi lançado no Ceará em 21 de agosto de 2015, o programa Audiência de Custódia recebeu elogios de especialistas e representantes governamentais. Chegou a ser apresentado pelo secretário de Justiça e Cidadania, Hélio Leitão, como "um extraordinário salto civilizatório para resolver efetivamente o problema da superlotação do sistema carcerário, pois há uma leva de pessoas que não deveria estar hoje encarcerada."

Um ano depois, a medida mostra como tem sido eficaz e alcançado o objetivo a que se propôs: garantir a rápida apresentação do preso em flagrante a um juiz. Nesse intervalo, a Vara Única de Audiência de Custódia do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, proferiu 6.518 decisões. Uma média mensal de 543 deliberações. O trabalho acontece em parceria com o Ministério da Justiça, o Ministério Público do Ceará e a Defensoria Pública Geral do Ceará.

Do total de réus analisados, 3.706 (ou 57%) tiveram a prisão decretada e 2.812 (ou 43%) obtiveram a liberdade. Desses, 2.442 (ou 87%) por meio de medidas cautelares; 353 (ou 12,4%) por alvarás de soltura; e 17 (ou 0,6%) por relaxamento de prisão.

A titular da Vara Única, juíza Marlúcia Bezerra, avalia: "o objetivo central da implantação das audiências de custódia é a apresentação do preso em flagrante sem a demora da presença da autoridade judiciária que decide sobre sua prisão. E nós julgamos que alcançamos isso. Ou seja: nós recebemos o preso sem demora, avaliamos a regularidade do auto e deliberamos sobre a conversão da prisão em flagrante em preventiva ou a concessão da liberdade provisória com ou sem medidas cautelares."

Além dela, a Vara Única do Fórum conta com a atuação de outros três juízes, além de nove servidores e seis estagiários do TJCE. Dispõe ainda de uma equipe composta por seis policiais militares e dois servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) para viabilizar a realização diária de cerca de quarenta audiências.

Nas audiências, os presos são interrogados por um juiz e também ouvem manifestações de representantes do Ministério Público e da defesa (Defensoria Pública ou do advogado próprio).

6.518 DECISÕES

2.442 MEDIDAS CAUTELARES

19 MIL PRESOS *ESTÃO HOJE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO CEARENSE*

3.706 PRISÕES

353 ALVARÁS DE SOLTURA

17 RELAXAMENTOS DE PRISÃO

DE OLHO NA **PRODUTIVIDADE**

Novo sistema da Corregedoria vai permitir acompanhamento detalhado do trabalho de magistrados e unidades judiciárias. Ferramenta é fruto de parceria com a Universidade Estadual do Ceará

Já desenvolvida e em fase de validação para poder ser implementada, a ferramenta Eficiência.jus promete mudar o método como a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará acompanha a produtividade dos magistrados e das nossas unidades judiciárias. Com ela em funcionamento, a CGJ terá como verificar eficiências a partir de relatórios.

A expectativa é de que a Eficiência.jus comece a operar já no primeiro semestre de 2017. A ferramenta nasceu de uma parceria da Corregedoria com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

O novo sistema disponibilizará à CGJ relatórios gerenciais por unidade, por comarca, por competência e por entrância. A partir de gráficos de evolução e tabelas, poderão ser extraídos desses documentos subsídios para avaliação de fluxo processual, estoque e produção do juiz e sua unidade.

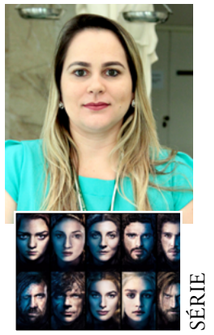
A "Eficiência.jus" tem por base a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), que permite a comparação entre as unidades produtivas que utilizam os mesmos tipos de insumos para a obtenção de bens e serviços, gerando índices de eficiência relativa. Isso facilitará o diagnóstico, por parte da gestão do Judiciário, de onde será preciso implementar melhorias e o que pode ser tomado como modelo para as demais estruturas.

Conforme o juiz auxiliar da Corregedoria e coordenador da implantação do sistema nas unidades, Demetrio Saker Neto, "a iniciativa é de grande relevância, sobretudo pelo fato de que as comparações procedidas irão considerar apenas juízes e unidades da mesma natureza ou competência judicial."

O magistrado já apresentou a nova ferramenta no 4º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário, em Sergipe, juntamente com o diretor do Departamento de Informações Gerenciais da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Ceará, Sérgio Mendes de Oliveira.

SUGESTÃO CULTURAL

Flávia Dantas
Analista Judiciária da Corregedoria Geral da Justiça

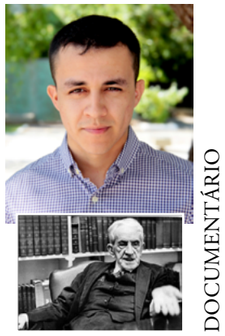


SÉRIE

Game of Thrones

O seriado é baseado nos livros da coletânea "As crônicas de gelo e fogo". O enredo fala de sete famílias que lutam entre si para ter o controle do Trono de Ferro de Westeros. A série estreou na televisão em 2011 e hoje conta com seis temporadas. Flávia destaca que Game of Thrones é um trabalho muito inteligente. Ressalta ainda que o interessante "é o jogo de convencimento da legitimidade do poder que causa nas pessoas."

Bruno Albuquerque
Estagiário do Departamento Penal

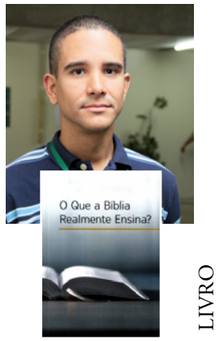


DOCUMENTÁRIO

Sobral - O homem que não tinha preço

O documentário é uma obra brasileira que fala da luta do jurista Sobral Pinto contra as injustiças, além da coragem de defender a democracia no período da Ditadura Militar. A obra traz série de imagens e depoimentos da trajetória do advogado. O que mais chama atenção no filme para Bruno é "a capacidade do protagonista de organização e a persistência". Bruno destaca ainda que o documentário ressalta a ética na Advocacia.

Rocha Filho
Técnico Judiciário do Departamento de Distribuição do TJCE



LIVRO

O que a Bíblia realmente ensina?

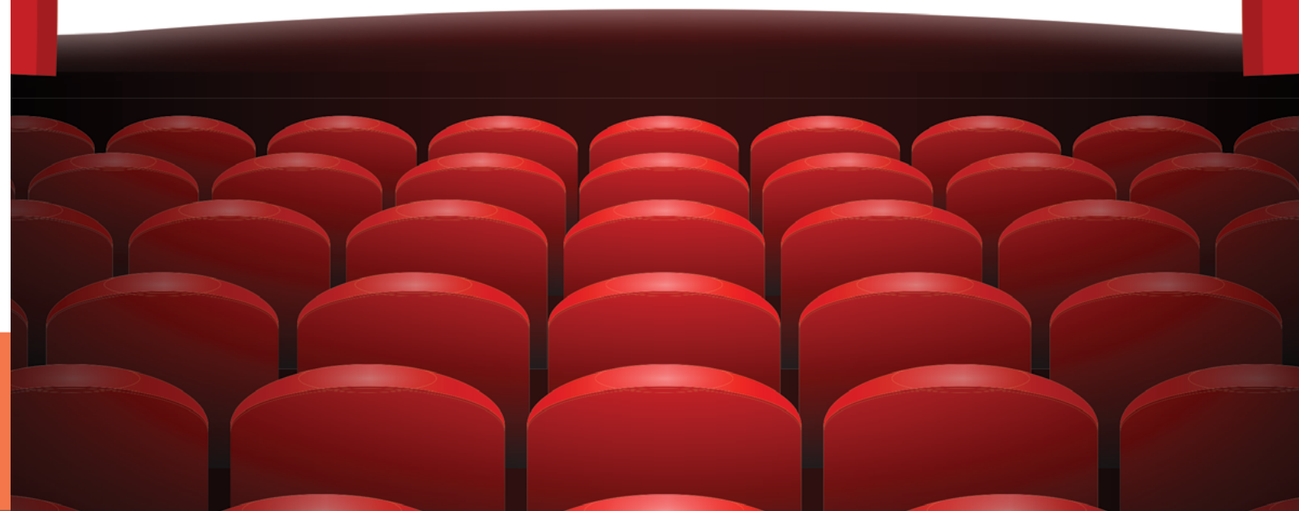
O livro foi publicado no Brasil pela Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de São Paulo. Traz uma abordagem de forma simples de diversos assuntos da Bíblia. Analisa vários versículos e responde a uma série de questionamentos. Para Rocha Filho, o diferencial do livro é "a facilidade de entendimento da Bíblia que ele proporciona para as pessoas que leem."

Sérgio Torres
Coordenador de Ouvidoria do TJCE

LIVRO

Babel

A obra foi escrita pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman e o jornalista italiano Ezio Mauro. Eles apresentam um amplo diálogo sobre os impasses do capitalismo globalizado, o enriquecimento da democracia e o papel da esperança para os dias de hoje e os que virão. Sérgio destaca no livro que ele "passa de uma sociedade pós-capitalista para uma sociedade tecnológica, de rede."



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA